

**15ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de
Combate à Discriminação de LGBT**

Ata da ordem do dia 16 de maio de 2013

Brasília - DF

SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS

Ata da 15ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Combate à Discriminação de LGBT

Data: 16/05/2013

1 Aos dezesseis dias do mês de maio de dois mil e treze teve início a 15ª Reunião Ordinária do
2 Conselho Nacional de Combate à Discriminação de LGBT, sob a Coordenação do Sr. Gustavo
3 Bernardes – Presidente do Conselho. Estiveram presentes os seguintes participantes: Igor Matine –
4 Coordenador de Defensores de Direitos Humanos; Cláudio Nascimento – Gestão do Rio de Janeiro;
5 Charlene Rosa - Coordenadora de Política de Promoção da Igualdade Racial e LGBT/Duque de
6 Caxias; Zezinho do Prado - CNTE; Roselaine Silva – ABL; Marina - ABE; Keila Simpson –
7 ANTRA; Carlos Alves – CMP/Brasil; Mariana – Casa Civil; Guilhermina - ABGLT; Janaína
8 Oliveira – Vice-Presidenta; Meire Lúcia – Conselho Federal de Serviço Social; Gilvan; Samanta –
9 Secretária Executiva; Irina Bacci – Coordenadora Geral da Ouvidoria/SDH; Celso Tondin –
10 Conselho Federal de Psicologia; Rogério Campos – Consultor contratado pelo PNUD; Léo Mendes
11 – Arte Gay; Yone Lindgren – ABL; Cris Stefanny – ANTRA; Roberto de Jesus – Representante do
12 Seminário da Sociedade Civil Latino Americana; Dida; Symmy; Ivanildo – Casa Civil; Patrícia
13 Sanchonete Pacheco – Delegada de Polícia do Rio Grande do Sul; Lurdinha – Secretária de
14 Políticas para Mulheres; Rafael – Ministério da Justiça. **ABERTURA:** O Presidente, Sr. Gustavo
15 Bernardes inicia a reunião cumprimentando a todos e arrazoá que tinham previsto para as 09h30 um
16 debate sobre a reforma política com o Deputado Federal Henrique Fontana, que em razão da
17 demora da votação dos portos não poderá estar presente. Discorre que a pauta será: Informes dos
18 Conselheiros; Apresentação dos dados de violência homofóbica de 2012 pelo Sr. Rogério Campos;
19 Informe e discussão sobre a Conferência Internacional de Direitos Humanos, orientação sexual e
20 identidade de gênero em Oslo; Deliberações das Câmaras Técnicas. Solicita que seja incluído na
21 pauta um relato da Delegada Patrícia Sanchonete Pacheco sobre o observatório de violência
22 homofóbica que existe no Rio Grande do Sul e sobre a implementação da carteira de nome social
23 para travestis e transexuais do Rio Grande do Sul. O Presidente questiona se os Conselheiros
24 possuem alguma questão sobre a pauta e não havendo, segue para os Informes dos Conselheiros. O
25 Sr. Zezinho do Prado (CNTE) informa que participará no sábado de um debate no sindicato de base
26 do Paraná, o APP/Sindicato, onde falará sobre como a educação pode ajudar a superar as
27 discriminações. A Sra. Roselaine Silva (ABL) comunica que o Senador Paulo Paim colocou que o

28 Conselho terá uma rodada em Canoas - Porto Alegre sobre o PLC122. A Sra. Marina (ABE) relata
29 que existe em Canoas essa pauta com o Sr. Paulo Paim, inclusive recebeu por *e-mail* a Minuta de
30 Canoas e se disponibiliza a enviar para todos os Conselheiros. O Presidente indaga se a Conselheira
31 Roselaine Silva pode representar o Conselho em Porto Alegre e se a Conselheira Marina pode
32 representar o Conselho em Canoas na discussão do PLC122. Todos os Conselheiros concordam
33 com as representações e a Sra. Roselaine Silva comunica também que na terça-feira o Movimento
34 de Porto Alegre Somos Nuances LBL se reuniu com a SAJU e a Criolo para discutir com Sr.
35 Rogers sobre o PLC, em que houve alguns aprofundamentos e algumas reflexões sobre o texto.
36 Pondera que ainda não possui o que foi discutido, mas se disponibiliza a enviar por *e-mail* assim
37 que estiver com o relatório. A Sra. Keila Simpson (ANTRA) cumprimenta a todos e articula que faz
38 parte de uma representação no Comitê Técnico da Saúde LGBT do Ministério da Saúde, porque era
39 a Presidente e por ser Trans. Explana que em algumas reuniões realizou alguns relatos do que
40 aconteceu nesse Conselho e que agora por não fazer mais parte do Conselho na titularidade, deixará
41 que a Mesa depois encaminhe o nome de um representante ou uma representante para estar
42 acompanhando essas reuniões do Ministério da Saúde nesse Comitê que é um espaço importante de
43 discussão. Arrazoa que trabalharam nos últimos meses especificamente na Portaria do SUS que
44 autoriza a cirurgia da transgenitalização com ampliação dos serviços que está em vias de ser
45 publicada. O Sr. Carlos ressalta e convida a todos para a LGBT em São Paulo no dia 02 de junho. O
46 Sr. Zezinho do Prado informa que nos dias 20, 21 e 22 a Internacional da Educação da América
47 Latina estará fazendo um Seminário em São Paulo com alguns países da América Latina com a
48 presença de um representante dos Estados Unidos, do Canadá e das entidades filiadas da CNTE, em
49 que estarão discutindo sobre a questão LGBT da Educação na América Latina. A Sra. Mariana
50 (Casa Civil) cumprimenta a todos e discorre que está aberto um *aplicaton* para o *Human Righth*
51 *Watch* que acontecerá de junho até setembro. Elucida que será um Consulta de direitos LGBTs,
52 para fazer um levantamento da América Latina a respeito dos avanços LGBTs, em que terá uma
53 vaga para o Conselho. Compreende que é muito importante socializarem, tanto os Conselheiros do
54 Governo quanto Conselheiros da sociedade civil, para que a pessoa escolhida esteja fazendo um
55 levantamento sério. A Sra. Guilhermina cumprimenta a todos e informa que a Marcha Nacional
56 contra a Homofobia teve segundo a mídia entre 203 mil participantes e que, não tiveram a
57 participação dos Parlamentares devido à questão dos portos. Entende que foi muito bom a reunião
58 por conta da união com o Movimento dos Trabalhadores, com o Movimento do Sem Terra e o

59 Movimento Quilombola. O Sr. Carlos Alves (CMP/Brasil) cumprimenta a todos e relata que estão
60 em processo de Conferências das Cidades e a orientação do setorial da CMP é que em todos os
61 espaços das Conferências devem ser garantidos o debate com relação aos direitos LGBTs,
62 principalmente com relação a habitação, por haver uma pressão muito grande das cidades por conta
63 dos Megas Eventos. Discorre que tem feito a denúncia que a comunidade LGBT, em especial as
64 travestis tem sofrido essa pressão e informa que a CMP está realizando Congressos Regionais,
65 sendo que o de Brasília será dia 19 com também a pauta sobre a luta pelos Direitos Humanos na
66 comunidade LGBT. Solicita ao Conselho que delegasse formalmente um representante para
67 dialogar com o movimento em São Gonçalo e trazer junto a SUPERDIR do Governo do Estado a
68 situação do assassinato brutal de um companheiro pelo motorista de um van. Registra a
69 preocupação com relação a situação em São Gonçalo e a Baixada Fluminense onde tem ocorrido
70 casos de discriminação e até mesmo de assassinato. O Presidente compreende que podem
71 encaminhar o Sr. Carlos Alves e a Sra. Yone para que fiquem responsáveis pela conversa com os
72 gestores e com a SUPERDIR a respeito do caso. A Sra. Janaína Oliveira (Vice-Presidenta)
73 cumprimenta a todos e pondera que o Sr. Elton Jadson estava distribuindo um Ofício referente à
74 rede GNB e a solicitou que levasse o texto para o Conselho. Realiza a sua leitura e o Presidente
75 ilustra que vai avaliar qual é a Câmara Técnica que poderia analisar com mais calma o projeto. O
76 Sr. Carlos Alves arrazoa que o Ofício mostra a necessidade de avançar em uma Comissão específica
77 do Conselho e o Presidente afirma que na discussão sobre o Regimento Interno do Conselho
78 incluirá a discussão da Comissão de Comunicação. A Sra. Janaína Oliveira informa que nos dias 10,
79 11 e 12 de maio no município de Ananindeua no Estado do Pará, houve o encontro do Movimento
80 LGBT, para reformular o seu Estatuto, em que participou representando o Conselho. Explana que
81 recebeu de algumas pessoas relatos de violência, solicitou que as mesmas fizessem a denúncia pelo
82 Disque 100, mas algumas disseram que seria importante encaminhar oficialmente para o Conselho
83 esses registros. Relata que em Manaus existem algumas travestis que estão sem nenhum amparo
84 policial e jurídico, que estão sofrendo constantes ameaças dos indivíduos que são responsáveis pelo
85 traslado das travestis e transexuais em Manaus. Informa que foi convidada pela Comissão
86 Organizadora da Parada de São Paulo para estar na atividade a partir do dia 29, enquanto Vice-
87 Presidenta do Conselho, e que algumas Conselheiras do Movimento Lésbico foram convidadas pelo
88 Ministério da Saúde para fazer um relato da sua história de vida dentro do Conselho. O Presidente
89 comunica que a sessão da Parada encaminhou um convite para o Conselho também participar da

90 Parada e a Sra. Meire Lúcia (Conselho Federal de Serviço Social) lembra que ontem foi o dia do
91 Assistente Social e arrazoa que, com relação a questão da discussão do substitutivo do PLC, o
92 conjunto CFESS/CRESS tem uma forma de definir a sua agenda política que é anualmente no seu
93 Encontro Nacional, que em na sua última edição que acontece realmente em setembro, foi definido
94 o apoio de forma intransigente ao PLC122. Discorre que ainda não houve um posicionamento
95 definitivo, mas que a tendência é considerar que o substitutivo de certa forma representa mais talvez
96 um retrocesso do que avanço. O Sr. Gilvan cumprimenta a todos e pondera que está sendo
97 construída uma grande agenda pelo Núcleo LGBT em parceria com o Fórum Baiano LGBT, em que
98 incluirá Seminários, como o que está acontecendo hoje de Enlaçando Sexualidades da UNEB e uma
99 Audiência Pública para discutir o tema do Combate a Discriminação Contra Homossexuais. A Sra.
100 Samanda (Secretária Executiva) cumprimenta a todos e articula que enviou por *e-mail* os informes e
101 que se alguém estiver alguma sugestão ou dificuldades de abrir os anexos, que em envie também
102 por *e-mail*. Relata que enviou: a Portaria da designação dos Conselheiros; relato da última Reunião
103 Ordinária; relato de todas as Câmaras Técnicas, informe sobre o Sistema, Audiências Públicas que
104 aconteceram, as Moções aprovadas, as Notas públicas, os Ofícios enviados em nome do Conselho,
105 o informe sobre as Conferências Nacionais que estão previstas para acontecem em 2013 e 2014.
106 Destaca que colocou no *site* da CONAE o endereço da Comissão organizadora das Conferências em
107 todos os Estados para que cada Conselheiro procure saber a agenda das Conferências da Educação.
108 A Sra. Irina Bacci (Coordenadora Geral da Ouvidoria) cumprimenta a todos e explica que se as
109 denúncias foram formalizadas no Disque Direitos Humanos, e se a Sra. Janaína Oliveira tiver
110 contado com as pessoas ou o protocolo de denúncia podem reiterar aos órgãos para fazer o
111 monitoramento como está atualmente a investigação. Sugere que caso houver espaço na pauta de
112 alguma reunião que o Disque Direitos Humanos apresente como funciona o processo de denúncia.
113 O Presidente afirma que incluirá na próxima pauta a apresentação. O Sr. Igor parabeniza a eleição
114 da Mesa Diretora e cumprimenta a todos pelo Dia Nacional de Combate a Homofobia. Articula que
115 essa semana está substituindo a Diretora Luciana Garcia no Departamento de Defesa e que, está a
116 disposição caso seja necessário para fazer uma apresentação dos programas de proteção na próxima
117 reunião. Sugere que a Mesa Diretora encaminhe um expediente para a Diretoria do Departamento
118 de Defesa solicitando verificar como está a situação das travestis em Manaus. Relata que não pôde
119 participar da Marcha, mas compreende que o Movimento LGBT junto com o Movimento
120 Quilombola, o Movimento de Luta pela Terra são os segmentos mais criminalizados das mais

121 diversas formas. O Presidente discorre que terão que encerrar os informes, porque possuem uma
122 pauta para vencer. A Sra. Meire Lúcia sugere colocar os informes no final nas próximas reuniões
123 para ser mais produtivo. O Sr. Celso Tondin (CEP) parabeniza o Dia do Assistente da Assistência
124 Social e também o combate a homofobia. Informa que no dia 18 de maio é o Dia Nacional da Luta
125 Antimanicomial que terá como destaques as discussões sobre álcool e outras drogas e que, está
126 entregando referências técnicas para a atuação dos Psicólogos e programas de atenção às mulheres
127 em situação de violência. Encerrados os informes, o Presidente segue para a apresentação sobre os
128 dados de violência de 2012. O Sr. Rogério Campos (Consultor) cumprimenta a todos e relata que
129 foram utilizados os dados do Poder Público de algumas fontes como: Disque 100, SPM da Central
130 de Atendimento à Mulher, Disque 180, Ouvidoria do SUS e o Ministério da Saúde. No primeiro
131 quadro com o comparativo de 2011 e 2012 e os números dos dados do Poder Público, mostra que
132 em 2012 houve 3.084 denúncias registradas que geraram 9.982 violações e 4.851 vítimas e 4.784
133 suspeitos registrados. O Sr. Gustavo Bernardes lembra que esses dados são preliminares e que não
134 podem ser divulgados e informa que a previsão de lançamento será em junho. O Sr. Rogério
135 Campos elucida o mapa do Brasil com as violações denunciadas por 100 mil habitantes e segue para
136 o comparativo do aumento de números de denúncias por estado, ressaltando que o Mato Grosso
137 passou de sete denúncias em 2012 para 123 em 2013 e o Piauí diminuiu de 107 denúncias para 68,
138 sendo o único Estado com baixa de denúncias. Discorre que no geral houve um aumento de 166%
139 de denúncias no Brasil. O Sr. Léo Mendes (Arte Gay) questiona se não poderia liberar esses dados
140 para a imprensa na manifestação do Dia de Combate a Homofobia, pois está indagando sobre os
141 números de casos de violência existentes. O Presidente comenta que a ideia é utilizar os dados do
142 Disque 100 e afirma que enviará a todos a tabela com as dados. O Sr. Rogério Campos pondera que
143 no quadro da relação entre denunciante e vítimas houve uma alteração significativa, em que em
144 2011 a maioria dos denunciante eram as próprias vítimas e 2012, as pessoas desconhecidas das
145 vítimas foram a grande maioria dos denunciante, 47%. No quadro do sexo biológico das vítimas, a
146 grande maioria é masculina seguida por feminina. No quadro de orientação sexual houve um alto
147 índice de não informação e também em relação a identidade de gênero. Com relação a raça cor
148 vítima, a grande maioria são negros e juntando preto e pardo que são dados categorizados pelo
149 Disque, daria cerca de 41%, sendo um índice alto em relação aos outros. Em relação à deficiência
150 das vítimas, a grande maioria não possui deficiência, mas existe algum percentual de doença
151 mental, física, visual e auditiva. Articula que em relação à faixa etária continua tendo alto índice de

152 vítimas entre os 15 e 29 anos seguido por 30 a 39 anos e que, no quadro da relação dos suspeitos
153 com as vítimas, a grande maioria os suspeitos conheciam as vítimas. O Sr. Léo Mendes questiona se
154 está sendo feito o levantamento da religião de quem está praticando a violência e o Presidente
155 ilustra que não fazem esse levantamento, porque essa pergunta não está nos serviços que recebem as
156 denúncias. O Sr. Léo Mendes compreende que devem discutir qual é a religião de quem está
157 praticando a violência e também de quem está recebendo, para ter uma noção da confusão mental
158 de religião. O Sr. Rogério Campos relata que no perfil dos suspeitos, a grande maioria dos suspeitos
159 é do sexo biológico masculino, seguido pelo feminino, e não há informação de 17%. Com relação a
160 raça cor dos suspeitos há um alto índice de não informação de 46%, seguido por negros, pretos e
161 pardos. A faixa etária dos suspeitos também tem um alto índice de não informação, mas são
162 geralmente de 15 a 29 anos. Arrazoa que o local da violação relatados nos Disques são na grande
163 maioria conforme estudos de violência em relação à violência homofóbica que confirma que são na
164 rua e própria residência, sendo que as escolas ficaram com 3,18%. Sobre o tipo de violação, a
165 violência psicológica tem o maior índice seguido por discriminação e violência física. Discorre que
166 na violência psicológica, a humilhação e hostilização com grande percentual de denúncias seguido
167 por ameaça e calúnia, injúria e difamação; Na discriminação a discriminação por orientação sexual,
168 como a grande maioria, seguido por identidade de gênero; Na violência física, a lesão corporal com
169 quase 60%, e os maus tratos quase totalizando as denúncias de violência física, e negligências e
170 amparo a responsabilização e outros. Detalha que nos outros tem violência sexual como abuso
171 sexual com 65% e estupro com 25,76% quase também totalizando, junto com exploração e
172 pornografia infantil. O Sr. Rogério Campos arrazoa que nos dados hemerográficos basicamente fez-
173 se uma ampla investigação na mídia em relação a notícias sobre violência homofóbica. Discorre que
174 em 2012 houve pequeno aumento no número de notícias, 511 em relação a 2011 e expõe cada um
175 dos itens que também foram abordados nos dados do Poder Público. O Presidente agradece pela
176 apresentação e abre a palavra para os questionamentos. A Sra. Meire Lúcia questiona qual é a
177 concepção de orientação sexual e identidade de gênero que foram trabalhados e compreende que há
178 uma confusão profunda entre orientação sexual e identidade de gênero. Articula que outro aspecto
179 que lhe chamou atenção foi do ponto de vista da violência, como sendo a violência sexual como
180 maior nível, porque entende que o estupro em termos de violência tem sido um dado crescente,
181 contrapondo o que historicamente vem sendo identificando. A Sra. Guilhermina indaga se a SDH
182 está conversando com a SPM sobre os dados do Disque 100 e Disque 180 e sugere que também

183 analisar os dados do Disque 180 para as mulheres lésbicas e comparar com os dados do Disque 100.
184 A Sra. Meire Lúcia complementa que nos dados acusam que a orientação sexual está sendo o maior
185 índice de violação do que identidade de gênero, mas sabem que do ponto de vista da identidade
186 trans, as travestis e as transexuais são as que estão sendo mais violentadas. O Sr. Léo Mendes
187 pondera que vão ter o II Encontro da Arte Gay e pelo segundo ano consecutivo preocupa a questão
188 que as travestis são as maiores vítimas da violência por orientação sexual e identidade de gênero no
189 Brasil. Profere que também preocupa que seguidamente 2011 e 2012, o numero de violência contra
190 o sexo masculino na faixa etária de adolescente e de jovem da raça negra e parda vem se repetindo
191 com muita força, batendo com os dados que o GGB vem divulgando. Intui que a religião do ponto
192 de vista da imprensa será difícil analisar, mas que deve ser debatido e que, esses dados apresentados
193 serão utilizados para servir de subsídio para aprovação do PLC/122 para convencer os Senadores e
194 Deputados de que a falta de legislação é prejudicial a comunidade LGBT. O Presidente esclarece
195 que a Coordenação procurou Ouvidoria da Secretaria de Política para as Mulheres e a Ouvidoria do
196 SUS e que os dados foram fornecidos por elas sem o recorte de orientação sexual e identidade de
197 gênero. O Sr. Rogério Campos comenta que apenas a Ouvidoria da Secretaria de Política para as
198 Mulheres enviou com um recorte e justifica que o explicará. O Sr. Gustavo Bernardes ilustra que
199 haviam pedido em 2011 que ficasse mais explícito nos dados, mas apenas tiveram isso através de
200 cruzamento de dados. Entende que podem conversar com a Conselheira Lurdinha para que passem
201 a dialogar com a Ouvidoria da SPM para inclusão desses itens na próxima. Ressalta que os
202 relatórios do Conselho sobre violência contra a mulher é subnotificada. A Sra. Irina Bacci pontua
203 que é importante que as denúncias conste no relatório e que as denúncias que são relatadas,
204 significa que não necessariamente refletem a violência sofrida. Arrazoa que houve uma mudança
205 interessante na metodologia de 2011 para 2012 no Disque Direitos Humanos, em que passou a ter
206 uma atendimento globalizado, não tratando nada por módulo. Em relação à questão da violência do
207 gênero feminino e da violência contra as mulheres como um todo, entende que existe uma violência
208 no gênero feminino tão ou igual parecida com a do gênero masculino. Convida a todos para
209 participarem da capacitação dos novos atendentes do Disque 100 para repassar o seu conhecimento
210 e pondera que vivenciaram uma violação quando foram realizar uma pactuação com o Fórum
211 Nacional de Gestores, de uma Gestora travestis dentro do acesso ao Disque 100 que não quis fazer a
212 denúncia, mostrando que ainda não são usados os instrumentos. Entende que devem mostrar
213 também que a violência perpassa por uma série fatores que não apenas a orientação sexual e sugere

214 como experiência no próximo relatório realizar o cruzamento com os outros marcadores estruturais
215 de racismo, machismo, sexísimos e homofobia. Com relação a orientação sexual e identidade de
216 gênero, o Sr. Rogério Campos compreende que o amplo desconhecimento sobre essas categorias na
217 população, e o fato do grande denunciante do período de 2012 ter sido pessoas desconhecidas às
218 vítimas, gerou esse grande vácuo nos dados. A Sra. Irina Bacci sugere elaborar um gráfico separado
219 das denúncias relatadas e que não foi informado identidade de gênero e das informadas, como está
220 sendo feito no Disque. Pensa que uma das questões que tem tentado trabalhar é para não centralizar
221 orientação sexual no sujeito homossexual, mas tratar homossexualidade, lesbianidade,
222 bissexualidade e heteorsexualidade para deixar mais nítida as questões. O Sr. Rogério Campos
223 esclarece que a SPM tem uma metodologia de denúncia que a questão da identidade de gênero e
224 orientação sexual não são diretamente colocadas na denúncia e que a única informação que a SPM
225 passou foi em relação aos dados de violência homofóbica é quando há violações cujas autoras são
226 namoradas ou companheiras da vítimas, que claramente não refletem a realidade. Com relação às
227 travestis e transexuais, o Presidente crê que nos homicídios aparecem igual no outro relatório no
228 hemerográficos. O Sr. Rogério Campos intui que existe uma grande confusão na mídia sobre a
229 transexualidade, porque na grande maioria das notícias identificasse como travesti. Os participantes
230 debatem sobre a questão sobre a identidade de gênero na hemerográfica e a Sra. Roselaine Silva
231 discorre que em geral está contemplada nas questões de identidade de gênero e lembra que uma das
232 lâminas dos suspeitos também aparece não informado. Compreende que as vezes devem orientar o
233 que seria orientação sexual, identidade de gênero devido a população não ter discussão das questões
234 da sexualidade e que, devem trabalhar uma campanha publicamente no Disque 100 no carnaval
235 como instrumento eficaz para a população LGBT. A Sra. Janaína Oliveira entende que devem
236 buscar os dados do CONASP do Conselho, porque possuem uma riqueza de dados sobre a questão
237 de violência e também tem os dados da questão de regionalidade, pois os dados que sempre se
238 apresenta do Norte são dados que não correspondem com as denúncias que o Movimento Social. O
239 Presidente relata que vão acatar a sugestão do CONASP para o relatório de 2013 e intui que devem
240 ter esses dados o quanto antes de violência contra a população LGBT. O Sr. Celso Tondin concorda
241 com as colocações feitas pela Sra. Guilhermina, Sra. Meire Lúcia e pela Sra. Roselaine são muito
242 importantes e arrazoar que em termo de leitura as análises são muito importantes para não permitir
243 uma análise perturbada dos dados que foram expostos. Como Conselheiro, entende que possuem o
244 compromisso de elaborar encaminhamentos. O Presidente elucida que estão trazendo esses dados

245 para que possam ser finalizados com anuência do Conselho para elaborar os encaminhamentos
246 sobre os trabalhos e afirma que elaborarão um relatório com a interpretação dos dados. O Sr. Yone
247 Lindgren (ABL) complementa que a convidada Sra. Indianara apontou que em relação a população
248 gay que é muito grande, os travestis e transexuais são 46% e que quando acontece a violência na rua
249 é porque estão em exercício da profissão de prostituição, que ainda é uma saída para a grande
250 maioria. Informa que em 2012 foram mais de 140 travestis ou mulheres trans assassinadas. O Sr.
251 Gilvan discorre que em 2010 escreveu um Artigo chamado Além de Preto Viado, em que
252 identificou que a grande maioria das vítimas de violência homofóbica contra LGBT eram negros e
253 negras travestis entre 19 e 30 anos e que, o Professor Luiz Mott lhe questionou onde havia
254 encontrado esse dado. Compreende que é importante não perder de vista a questão da afirmação da
255 questão racial na pesquisa, porque estão balizando Políticas Públicas para esses segmentos.
256 Questiona quais são os dados da segurança pública nos organismos federais em relação a esse ponto
257 e sugere ter uma diferenciação entre os espaços urbanos e rurais, por haver um grande crescimento
258 do números de violação de direitos contra LGBTs no interior dos estados do Brasil. A Sra. Cris
259 Stefanny (ANTRA) cumprimenta a todos e pondera que o tempo todo o movimento discute a
260 questão do sexo biológico ou gênero biológico e sobre das orientações sexuais e as identidades de
261 gênero e entende que, abordar esses itens ficaria mais bem identificado no relatório para LGBT.
262 Com relação a questão da violência trans, compreende que é quase parecido com a questão da
263 violência machista do homem sobre a questão da mulher e articula que outra questão que aflige as
264 travestis e transexuais é a questão dos grandes centros que agregam as mesmas para o exercício da
265 prostituição, inclusive, com os índices de violência de cafetinagem, tráfico de seres humanos,
266 rufianismo e prostituição infantojuvenil. No caso do Disque 100, postula que sempre orienta que as
267 pessoas liguem e denunciem, mas entende que nos casos específicos de travestis e transexuais
268 deveria ter uma pessoas específica para receber essa denúncia. Relata sobre os casos de violência
269 que tem acontecido em Goiânia. O Sr. Carlos Alves questiona ao Consultor se buscaram outros
270 dados em outros Disques e concorda que é precisar ter uma campanha com relação ao Disque 100.
271 Compreende que seria importante colocar para as redes de comunicação uma campanha de
272 permanente divulgação do Disque 100, do Disque 180 e dos Disques Regionais. Afirma que
273 defende a comunicação e a questão de articular meios de comunicações oficiais. A Sra. Irina Bacci
274 informa que a Ouvidoria está fazendo um termo de cooperação com o Rio Sem Homofobia que era
275 para ter começado em 2012, mas a Coordenação sugeriu alterações no sistema. Sugere que no

276 relatório de 2013 sejam colocados os encaminhamentos pelos menos nos dados do Disque Direitos
277 Humanos, SUS e do Ligue Mulher. A Sra. Meire Lúcia entende que o relatório é fundamental,
278 porque ficará com referência de fonte de informação e de pesquisa e que devem tentar fazer o
279 máximo possível as correções dos problemas que foram encontrados. Sugere colocar na tabela de
280 identidade de gênero no lugar homossexuais inserir homossexualidade, lesbianidade,
281 bissexualidade, heterossexualidade para fechar o ponto de vista da orientação sexual e intui que
282 fundamental encaminhar os problemas enquanto Conselho para as Secretarias. A Sra. Roselaine
283 Silva observa que lhe preocupa a questão do cruzamento do Disque 180 e sugere a elaboração de
284 um formulário eletrônico na página da Secretaria para que o denunciante tenha uma impressão do
285 formulário para composição do boletim de ocorrência. O Sr. Léo Mendes compreende que terão que
286 fazer uma fusão do Disque Municipal, Disque Estadual e do Disque Federal para facilitar e que o
287 novo sistema deveria interagir com a Ouvidoria não apenas por *e-mail*, mas também por outros
288 mecanismos. Afirma que é importante esses dados para fortalecer o PLC122 e que devem
289 encaminhar para a Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, porque
290 quando estavam em Maceió discutindo o Disque 100, a Sra. Regina Miki que é a Gestora da
291 SENASP afirmou categoricamente que os dados que de homicídios LGBTs quando são apurados na
292 SENASP não são considerados homicídios de LGBTs. Sugere como encaminhamento que seja
293 incluída a questão da religião de quem cometeu e de quem sofreu o crime nos dados. O Presidente
294 segue para os encaminhamentos e a Sra. Guilhermina compreende que é preciso fazer uma
295 campanha nacional do Disque 100 onde as pessoas veem e que, devem entrar em contato com o
296 SUS para pegar outros dados sobre o estupro e violência sexual. O Sr. Celso Tondin entende que o
297 Disque 100 deveria ser o único disque de denúncia funcionando como um Sistema de Garantias de
298 Direitos e que deveria perguntar no seu atendimento sobre as questão de identidade de gênero e
299 orientação sexual. Relata que concorda que devem utilizar os dados com um instrumento de luta
300 junto a cada Senador na sua base no PLC122. Intui que existem estudos em todas as Políticas
301 Públicas do Brasil, mas sistematicamente a saúde mental tem sido negligenciada e que, o CAPS e o
302 CREAS, deveria ter um olhar específico para a questão LGBT. Com relação as propostas feitas, o
303 Presidente compreende que o Conselho pode debruçar sobre as mesmas e que as vezes podem
304 discutir a inclusão de algumas questões relativas à questão LGBT no próximo Censo do IBGE.
305 Entende que seria importante a Ministra lançar oficialmente o relatório e sugere elaborar uma
306 reunião do Conselho com a Frente Parlamentar da cidadania LGBT para apresentar os dados para

307 embasar os Deputados que defendem a temática LGBT. O Sr. Rogério Campos deixa claro que
308 esses dados não são totais e não refletem exatamente a realidade e que, existem problemas e
309 deficiências de fontes de origem de proporção em relação a real violência que acomete a população
310 LGBT. Intui que estão em ótimo caminho de ampliar e de divulgar o Disque 100 e de outros
311 Disques. Com relação ao dado sugerido que fosse capitado no Disque 180, afirma que foi
312 justamente o capitado que é das companheiras e das namoradas que acometeram ou sofreram
313 violência. Pondera que está havendo um cuidado no relatório para evitar qualquer tipo de uso
314 político subversivo em relação a intenção e que, as sugestões foram excelente de como visibilizar as
315 travestis, de retirar o não informado e de elaborar um gráfico. Com relação ao SUS, arrazoa que
316 conseguiram dados relacionados a Ouvidoria que dizem respeito a população LGBT e que, em
317 relação a violência contra LGBT sobre os dados da Ouvidoria do SUS, puderam apenas cruzar e
318 reduzir a negligência de atendimento. Após o almoço, o Presidente, Sr. Gustavo Bernardes reinicia
319 a reunião seguindo para o próximo ponto de pauta sobre o informe da discussão sobre a Conferência
320 Nacional Direitos Humanos, Orientação Sexual e Identidade de Gênero. O Sr. Roberto de Jesus
321 (Representante do Seminário da Sociedade Civil Latino Americana) inicia a apresentação fazendo a
322 leitura de uma mensagem do Sr. Ban Ki-moon, Secretário Geral da ONU. Discorre que a mensagem
323 mostra que existe na ONU uma situação bastante anacrônica, em que o Secretario Geral das Nações
324 Unidas explana sobre a questão LGBT e alguns países membros criminalizam e possuem a pena de
325 morte para pessoas que tem orientação sexual não heterossexual. Lembra que em 2003 e 2004,
326 capitaneado pelo Brasil por dois Diplomatas da Missão Brasileira em Genebra, o Brasil apresentou
327 uma Resolução sobre orientação sexual e Direitos Humanos na Comissão de Direitos Humanos, que
328 em 2005 teve que ser retirada devido uma pressão dos países Árabes. Arrazoa que ainda em 2003
329 no Rio de Janeiro criaram um grupo de organizações globais para pensar qual seria a estratégia de
330 advocasse dentre das Nações Unidas e que, em 2005 a Nova Zelândia apresenta para a Comissão
331 uma declaração sobre a questão da orientação sexual e Direitos Humanos, em que 32 países
332 assinaram. Discorre que em 2006 a Comissão mudou e se tornou Conselho de Direitos Humanos e
333 que nesse mesmo período a Noruega reforça mais uma declaração com assinatura de 54 países.
334 Ainda em 2006 foi reunido um grupo de ativistas e vários especialistas, pessoas com muita
335 credibilidade no Sistema das Nações Unidas para debruçarem sobre alguns documentos, que
336 resultou nos princípios de Ogia carta lançada em Nova York na ONU. Em 2008 foi elaborada uma
337 nova declaração em uma Assembleia Geral da ONU que foi entregue pela Argentina com

338 assinaturas de 67 países. De 2008 a 2012 houve uma Resolução aprovada por consenso de todos os
339 países membros sobre orientação sexual e identidade de gênero nos Direitos Humanos pela OEA,
340 Organização dos Estados Americanos. Uma participante lembra que o Vaticano ainda tem a
341 possibilidade de fazer recomendações em um processo que o Brasil participou por ainda participar
342 com Estado dentro da ONU. O Sr. Roberto de Jesus pondera que em 2011 a Colômbia elaborou
343 uma declaração que modificou a sua própria Constituição, onde houve assinatura de 85 países.
344 Informa que em 2011 houve a adoção da 1ª Resolução da ONU que foi apenas orientação sexual e
345 identidade de gênero que é apresentada pela África do Sul que teve um espaço pequeno por abordar
346 sobre a importância de se fazer um estudo em relação a situação dos LGBTs no mundo e que, em
347 março de 2012 houve um painel no Conselho de Direitos Humanos para discussão desse relatório.
348 Relata que no Seminário Regional foi elaborado o documento que juntava os documentos da
349 América Latina e Caribe, as indicações africanas, as indicações europeias, as indicações asiáticas,
350 em que 84 países se debruçaram e algumas pessoas da sociedade civil para analisar o tipo de
351 Resolução que será aprovada na próxima reunião do Conselho. Uma Conselheira acrescenta que a
352 sigla usada internacionalmente é LGBTI por incluir o intersexo e que, várias das questões que são
353 pontuadas, como por exemplo, a questão da criminalização, mostra que o Brasil avançou muito com
354 relação a outros países. Articula que o objetivo é cada vez mais evoluir, ganhar aliados e conseguir
355 fazer Resoluções melhores para que chegue um dia em um tratado da ONU que trate da orientação
356 sexual e da identidade de gênero. Ressalta que o Brasil tem tido um papel protagonista no cenário
357 internacional, e também no cenário LGBT. O Sr. Roberto de Jesus entende que é importante o
358 processo de negociação e arrazoar que chamaram os países membros da ONU que participam da
359 Conferência para trabalharem para aprovação de uma nova Resolução sobre orientação sexual e
360 identidade de gênero, baseada no sucesso da Resolução de 2011, liderada pela África do Sul.
361 Discorre que estão solicitando na Resolução que localize as lacunas existentes, lacunas legais e
362 práticas de proteção para os membros das Comunidades LGBTs, abordando casos independentes de
363 violações que não se enquadrem sobre o Mandato de procedimentos especiais e que, garanta a
364 produção de relatórios regulares ou anuais sobre a situação. Comunica que a composição do
365 Conselho para a próxima reunião será de 47 países, em que 40% dos países membros das Nações
366 Unidas ainda criminalizam atos sexuais entre pessoas do mesmo sexo. O Sr. Roberto de Jesus
367 explica o mapa sobre os países membros do Conselho de Direitos Humanos, com suas Resoluções.
368 Pondera que estão com um documento para ser assinado pelas organizações da sociedade civil,

369 reforçando a necessidade dessa Resolução e que, são questões importantes que a Resolução
370 abarque: acompanhar as violações dos Direitos Humanos com base na orientação sexual e
371 identidade de gênero, responder as necessidades dos defensores dos Direitos Humanos, preencher
372 eventuais lacunas nos mecanismos de proteção existentes, promover o diálogo construtivo entre as
373 partes, aumentar o consenso e entendimento dos países sobre as questões de orientação sexual e
374 identidade de gênero. Informa que estava nas Nações Unidas sendo sabatinado pelo Egito, porque
375 estava solicitando na época o *status* de ECOSOC para ABGLT no Comitê e ressalta que não podem
376 correr qualquer tipo de risco que o Brasil retroceda naquilo que pactou na reunião de Oslo, pois saiu
377 um documento que está sendo encaminhado para todos os países membros da ONU. Destaca que é
378 importante que o Conselho se posicione junto ao Ministério das Relações Exteriores, junto ao
379 Ministro Patriota, para garantir que o processo seja encaminhado. O Presidente agradece pela
380 explanação e passa a palavra para a perspectiva do Governo. A Sra. Dida pondera que as decisões e
381 as Resoluções da ONU possuem um grande poder simbólico e que, existe realmente uma posição
382 brasileira de estar debatendo esse tema. Articula que em Oslo participaram de todo o debate junto
383 com a África do Sul, Noruega, Estados Unidos e com a França para elaborar um texto que abarcasse
384 a ânsia de ampliação. Solicita que o Conselho tenha uma posição sobre o tema e informa que havia
385 dois debates, o primeiro debate estava sendo mais capitaneado por Estados Unidos e França, que era
386 o debate de ter um Relator Especial que trabalharia o tema LGB e o segundo debate era de buscar
387 uma Resolução mais ampla, mas que não chegasse a propor um Relator, em que o Brasil alinhado
388 com a África do Sul e com a Noruega defendeu essa posição. Compreende que seria importante ter
389 uma Comissão do Conselho para debate mais fundo sobre qual seria a posição do Conselho e sugere
390 elaborar uma reunião com a sociedade civil junto com outros governos para pautar a questão LGBT.
391 O Presidente agradece pela apresentação e abre a palavra para os Conselheiros. O Sr. Ivanildo
392 lembra que existe representação do Ministério das Relações Exteriores no Conselho e sugere
393 negociar primeiro com o representante do MRE e com o representante da Divisão de Direitos
394 Humanos do Itamaraty para levar as demandas. A Sra. Meire Lúcia entende que é importante ter
395 acesso aos documentos descritivo e analítico e solicita que colocasse do ponto de vista prático o que
396 se entende sobre a identidade de gênero transvestilidade, a transexualidade, intersexo, o próprio
397 masculino e feminino. O Sr. Léo Mendes parabeniza o Sr. Roberto de Jesus pela apresentação
398 objetiva e relata que concorda plenamente que a questão da conjuntura internacional deve estar na
399 pauta do Conselho e que é necessário ter um posicionamento do mesmo. Com relação a questão do

400 Patriota, intui que deveria retirar a Comissão do Conselho para conversar com o Patriota. O Sr.
401 Carlos Alves arrazoa que o Movimento Social LGBT Brasileiro não tem sido convidado para
402 algumas cúpulas do MERCOSUL e que, espera que possam desenvolver uma parceria entre o
403 Governo Brasileiro e Cuba na questão dos Direitos Humanos LGBT. O Sr. Zezinho do Prado
404 questiona se o Conselho discutirá a questão da formação da Comissão. O Sr. Roberto de Jesus
405 compreende que não é necessário criar várias passagens para chegar ao Ministro, pois existe uma
406 questão de tempo que precisa ser respeitada e arrazoa que a questão da identidade de gênero precisa
407 ser discutida algumas especificidades com, por exemplo, pessoas intersexos que merecem uma
408 atenção especial. Com relação a Cuba, intui que Cuba a exemplo do Brasil opera as travestis e
409 transexuais porque consideram as doentes dentro do Código Internacional de Doenças, sendo uma
410 discussão que o Conselho deve enfrentar sobre a despatologização da transsexualidade. Discorre
411 que a questão do MERCOSUL participaram da RAARD muito tempo e que o Conselho começará
412 no final de maio até primeira semana de junho, por isso entende que é importante que o Brasil e o
413 Ministro tenha consignado uma posição em relação as questões. O Sr. Roberto de Jesus agradece
414 pelo convite e se despedi de todos. O Presidente relata que ficaram como encaminhamentos a
415 questão da criação de uma Comissão para discutir a posição do Conselho sobre a posição do Brasil,
416 em que após a sua criação será feito um debate dentro da Comissão a respeito da Resolução e em
417 seguida seria marcada uma Audiência com o Ministro Patriota para comunicar o que o Conselho
418 deliberou a respeito dessa posição. O Sra. Meire Lucia compreende que em termos de
419 encaminhamentos é importante depois da exposição, fazer uma reunião por Câmara para fazer uma
420 discussão e identificar. O Sr. Carlos Alves informa que houve mais um assassinato em Maricá do
421 Sr. Fábio da Conceição de 27 anos e entende que é necessário a ampliação do diálogo do Conselho
422 com o Presidente da Câmara por Políticas Públicas em todo o Brasil contra a homofobia. O Sr.
423 Cláudio Nascimento (Gestor/Rio de Janeiro) cumprimenta a todos e complementa que o Presidente
424 da Câmara ratificou a sua posição e registrou com sendo homofobia. O Presidente parabeniza a
425 rapidez da Polícia do Rio de Janeiro na solução do caso e passa para a apresentação da Delegada
426 Patrícia Sanchonete Pacheco. A Sra. Patrícia Sanchonete Pacheco (Delegada de Polícia do Rio
427 Grande do Sul) cumprimenta a todos e discorre que apresentará sobre o Observatório da Homofobia
428 e sobre o projeto da Carteira de Nome Social. Com relação ao Observatório da Homofobia pondera
429 que em maio de 2012 a Júris chamou uma reunião com ONGs representativas da população LGBT
430 e órgãos governamentais para discutir um caso pontual de violência, que seria um duplo homicídio

431 de um casal de lésbicas, em que se questionava se teria ou não um cunho homofóbico. A partir
432 desse encontro foi sugerida a criação do Observatório contra a homofobia no Rio Grande do Sul,
433 Coordenado pela Júris, mas com representatividades das ONGs, das Secretarias de Estado, das
434 Universidades, justamente com o objetivo de fazer um monitoramento e o combate à violência
435 homofóbica e o preconceito com relação à população LGBT. Articula que o Observatório passa a
436 fazer um acompanhamento dos órgãos públicos para observar se então dando a devida atenção que
437 os casos requerem e que, a partir desse momento o Observatório passou a ter algumas outras
438 atuações, como por exemplo, solicitar que outros órgãos públicos acolhesse o uso do nome social.
439 Explana que o Observatório já tem algumas outras pautas de também levar a requisição de que o
440 uso do nome social seja também observado no âmbito da Assembleia Legislativa, do Ministério
441 Público e da Defensoria Pública no estado do Rio Grande do Sul. Entende que é uma caminhada
442 que está se fazendo com relação à população de travestis e transexuais, mas que traz toda uma
443 discussão a cerca do respeito à dignidade da pessoa humana e ao reconhecimento dos direitos das
444 pessoas da população LGBT. Com relação a Carteira de Nome Social, a Sra. Patrícia Sanchonete
445 Pacheco informa que foi um projeto que visava a atender os termos do Decreto 48.118 de junho de
446 2001, construindo um instrumento para garantir o reconhecimento e utilização do nome social em
447 todos os órgãos do Poder Executivo Estadual. Discorre que o Estado do Rio Grande do Sul está
448 estabelecendo uma parceria com a Secretaria de Direitos Humanos também do Estado, que o
449 sistema de consultas, o banco de dados do Instituto Geral de Perícias, possa vir a ser consultado
450 também pelas outras Secretarias para que as pessoas possam apenas apresentar a sua Carteira de
451 Nome Social. Informa que a primeira via da Carteira de Nome Social é gratuita e que a partir da
452 assinatura de um termo de cooperação técnica com a Secretaria de Direitos Humanos e a SENASP e
453 o governo do Rio Grande do Sul, através da Secretaria de Segurança Pública determinou que duas
454 pessoas ficassem como Gestores do termo de cooperação técnica para cumprir as obrigações, sendo
455 que uma delas foi a criação do grupo de trabalho LGBT com reuniões bimensais na Secretaria de
456 Segurança e a capacitação de 100% das unidades Policiais para questão LGBT. O Sr. Gustavo
457 Bernardes agradece pela apresentação e convida o Sr. Cláudio Nascimento para fazer uma
458 apresentação no Rio Sem Homofobia para o Conselho na próxima reunião, abrindo a palavra para
459 os Conselheiros. A Sra. Marina compreende que todas as travestis e transexuais desejam ter o seu
460 nome alterado no documento civil, mas existe uma burocracia muito grande no país e lembra que
461 em 2012 quando trabalhava na Secretaria de Educação do Estado, várias meninas travestis e

462 transexuais não conseguiam o processo de alteração do nome civil em função da idade, pois apenas
463 a partir de 18 anos pode fazer o processo judicial. Entende que dentro dos órgãos públicos as coisas
464 estão se encaminhado para acontecer e informa que no Rio de Janeiro no RO, além do nome de
465 registro possuem o nome social. A Sra. Patrícia Sanchonete Pacheco explana que estão com uma
466 alteração no sistema de registro de ocorrência, no PROCERGS, em que constará o nome social. A
467 Sra. Yone Lindgren elogia a iniciativa do Governo do Rio Grande do Sul e compreende que o uso
468 do nome social ajuda a minorar situações de preconceito contra as travestis e transexuais. A Sra.
469 Keila Simpson parabeniza a iniciativa e intui que se todos os Estados houvessem esse tipo de
470 iniciativa seria mais fácil pressionar o Ministério da Justiça. Ressalta que almejam uma Lei nos
471 moldes da Argentina de identidade de gênero e que vão pautar essa discussão nos demais Estados
472 para tentar chegar ao Ministério da Justiça. O Sr. Léo Mendes parabeniza também o Governo do
473 Rio Grande do Sul e entende que deve ser tirado como encaminhamento que o Conselho
474 encaminhará para o Ministério da Justiça o tema para levar ao Conselho de Secretários de
475 Segurança Pública, para que todas as RGs do Brasil tenha o nome social. Articula que devem levar
476 a discussão da identidade de gênero e do nome social, por causa da criação do Cadastro Único e
477 questiona como será resolvida a situação da questão de nomes repeditos e qual será o
478 encaminhamento que será dado para a questão. A Sra. Meire Lúcia parabeniza a iniciativa do Rio
479 Grande do Sul e do Rio de Janeiro e compreende que devem agilizar o encaminhamento para
480 observar qual é a viabilidade política. Informa que o Conselho Federal de Serviço Social possui
481 uma Resolução que garante também o uso do nome social para Assistência Social travesti e
482 transexual na sua identidade profissional. A Sra. Roselaine Silva entende que precisam se preocupar
483 com o tempo que levam para pensar, planejar e executar a Política Pública e relata que de fato o Rio
484 Grande do Sul está avançando na política de direito de proteção as pessoas. Discorre que na
485 Conferência Nacional em 2011 deliberam pelo nome social e intui que é importante usar as
486 experiências vividas da militância para criar as referências para as proposições das Políticas
487 Públicas. A Sra. Lurdinha cumprimenta a iniciativa do Rio Grande do Sul e questiona se o nome
488 social vale também no Rio de Janeiro e uma participante explica que ainda não existe no Rio de
489 Janeiro o nome social. A Sra. Roselaine Silva discorre que o cartão SUS foi uma vitória de décadas
490 e que, o nome social está em processo desde 2012 de construção, porque além de toda questão
491 preconceituosa, deve construir uma engenharia de Sistema que aceite as pessoas em todos os
492 lugares do país. Compreende que poderia ter a perspectiva de um grupo de trabalho do Conselho

493 que pudesse trabalhar com esse conjunto de iniciativas para construir uma essa alternativa em
494 termos de Sistema Nacional que possa acolher as pessoas sem discriminação. O Sr. Rafael
495 (Ministério da Justiça) cumprimenta a todos e parabeniza as ações desenvolvidas no Rio Grande do
496 Sul. Pondera que o Ministério da Justiça há alguns anos tem o edital público para ação de prevenção
497 e que, em 2012 tinham R\$ 27 milhões para ações de prevenção e R\$14 milhões para ações de
498 reaparelhamento de Guardas Municipais e a criações de Secretaria de Segurança, em que tiveram
499 que fazer um remanejamento dos recursos, porque não chegaram os projetos de prevenção.
500 Questiona se o Ministério da Justiça possui alguma parceira com o Observatório. A Sra. Patrícia
501 Sanchonete Pacheco explica que existe o Observatório contra a homofobia em que a Júris
502 coordenada com as entidades e o GT da Segurança Pública que foi uma parceria a partir do Termo
503 de Cooperação Técnica que o Governo do Rio Grande do Sul assinou com o Ministério da Justiça
504 através da SENASP e com a SDH. O Sr. Rafael compreende que podem fazer com que o
505 Observatório de Segurança tenha ações dedicadas exclusivamente para violência homofóbica e
506 solicita a ajuda de todos para divulgar o edital. Com relação ao nome social, relata que existe uma
507 série de questões e intui que é uma discussão que deve ser feita. A Sra. Guilhermina questiona se o
508 programa PRONASCI terminou e o Sr. Rafael elucida que a Lei que instituiu o PRONASCI previa
509 o seu termino em 2012, sendo que como programa ele acabou, mas as suas ações foram absorvidas
510 pelo Ministério como Política Pública ficando dentro da SENASP. A Sra. Guilhermina parabeniza
511 também o Rio Grande do Sul pela iniciativa e indaga se teria com trabalhar a questão dos
512 funcionários da UFSC que negam a realizarem a chamada pelo nome social, pois existe uma
513 Portaria do nome social, em que todas as trans têm o direito de ser chamada pelo nome social em
514 toda a Universidade em Santa Catarina. A Sra. Patrícia Sanchonete Pacheco explica que
515 administramente a Universidade deveria corrigir essa observância e a Sra. Marina esclarece que
516 deveria encaminhar a questão para o Conselho Superior Diretor. A Sra. Patrícia Sanchonete
517 Pacheco coloca-se a disposição do Conselho e responde com relação ao questionamento do Sr. Léo
518 Mendes que o Decreto prevê que nome social é aquele pelo qual travestis e transexuais se
519 identificam e são identificados pela sociedade e que é diferenciado pelo número do RG. Afirma que
520 vão se habilitarem no edital e informa que no Município de Canoas no Rio Grande do Sul foi criado
521 um Cartório da Diversidade Sexual, apenas para atender questões ligadas a diversidade sexual.
522 Agradece pelo convite e parabeniza a todos pelo trabalho que realizam. O Presidente segue para os
523 encaminhamentos e arrazoa que a Câmara Técnica pode agregar mais essa discussão com relação ao

524 nome social nas outras Secretarias de Segurança Pública dos estados. Relata recebeu uma
525 informação do Sr. Nicolas, que o Governo está discutindo o Registro de Identidade Civil que é a
526 integração dos Registros Cíveis de todos os brasileiros e que, pode estar na próxima reunião da
527 Câmara Técnica explicando como é que estão as discussões sobre esse assunto. Arrazoa que
528 alternativa que cabe a Câmara Técnica seria publicar uma Resolução do Conselho sobre o nome
529 social e sobre importância de uma Carteira de Nome Social na Secretaria de Segurança Pública. A
530 Sra. Meire Lúcia considera que seria fundamental que a Câmara de Norma e Legislação esteja
531 diretamente envolvida processo. O Presidente sugere dar um breve intervalo para os Conselheiros
532 da sociedade civil decidirem sobre o encaminhamento da composição da Comissão. A Sra.
533 Roselaine Silva sugere passar para os encaminhamentos das Câmaras Técnicas, colocando o
534 encaminhamento da Comissão para o último ponto da pauta. A Sra. Janaína Oliveira entende que
535 precisam tirar alternativas de retirar o que foi encaminhamento para as Câmaras Técnicas, porque
536 existe outra tarefa para escolher qual será o próximo Estado que o Conselho estará na próxima
537 reunião. O Sr. Zezinho do Prado sugere realizar um intervalo de cinco minutos para decidir a
538 composição da Comissão e deixar os encaminhamentos das Câmaras para a próxima reunião do
539 Conselho. O Sr. Gustavo Bernardes lembra que são seis vagas apenas para a sociedade civil e que,
540 estão com dificuldade de diárias e passagens. A Sra. Janaína Oliveira informa que a Gestão
541 responsável para assegurar as Diárias aos Conselheiros assinou um contrato com a empresa
542 oficialmente e garantiram que os problemas não vão mais ocorrer. Solicita que ao Presidente
543 elabore uma solicitação de informe por escrito ao setor se ocorrerá ainda mais problemas ou não. O
544 Sr. Léo Mendes propõe que a Mesa Diretora exija essa resposta e se posicione antes da próxima
545 Plenária. Após o intervalo, o Presidente reinicia a reunião passando a palavra para os Presidentes
546 das Câmaras Técnicas. A Sra. Yone Lindgren relata que os representantes escolhidos de sua Câmara
547 foram a Sra. Guilhermina e o Sr. Celso Tondin e que, com relação a pauta da Câmara ainda
548 propõem que convide uma representante da ANAC e que debatem sobre o problema despatologização
549 da transexualidade. O Sr. Zezinho do Prado discorre que os nomes selecionados foram a Sra. Meire
550 Lúcia e o Sr. Zezinho do Prado e esclarece que não haverá reunião da Câmara Técnica, apenas o
551 planejamento. Arrazoa que na próxima reunião em julho queriam propor que a SDH trabalhasse
552 com um prazo para o envio de sugestões para o Regimento. O Presidente postula que vão publicizar
553 novamente a versão que foi apresentada na Câmara Técnica e estabelecer um prazo até 15 de julho
554 para manifestação. O Sr. Zezinho do Prado articula que possuem para debater a questão do

555 acompanhamento do PLC/122, a proposta do convite de um especialista da Secretaria do
556 Planejamento para explanar sobre a Políticas de Fundos e a questão de trabalhar junto com a
557 Câmara Técnica da Sra. Yone Lindgren a questão do nome social. O Sr. Carlos Alves propõe deixar
558 também a discussão sobre a política de recursos públicos do Tesouro Nacional para os estados e
559 municípios e Distrito Federal na Política de Cidadania LGBT. O Sr. Léo Mendes informa que
560 escolheram para representar a sociedade civil a Sra. Janaína Oliveira e o Sr. Léo Mendes e que, com
561 relação a Câmara discorre que tiveram uma reunião em Brasília sobre o Ministério do PNDH3, em
562 que foi apresentada uma proposta de Sistema de Monitoramento do qual deve ser apresentada na
563 Oficina com a sociedade civil na semana que vem. Pondera que colocou que a priori a parte que diz
564 respeito à orientação sexual e identidade de gênero interessa muito o Conselho. Comunica que
565 solicitaram que Conselho Nacional LGBT tomasse uma posição com relação à proposta de sistema
566 que está sendo proposto e articula que, com relação ao Plano Nacional LGBT, o foco seria elaborar
567 um documento mais enxuto para as pessoas lerem. Com relação ao Sistema, postula que foi tirado a
568 demanda que o sistema será destrinchado tudo sobre violência para ir para a Câmara da Sra. Yone
569 Lindgren. Informa que a Sra. Patrícia Sanchonete Pacheco solicitou que o Conselho enviasse uma
570 carta para o Governador do Rio Grande do Sul parabenizando pela Política e sugere convidar um
571 representante de cada Estado para as reuniões do Conselho para expor sobre as suas políticas para a
572 questão LGBT. A Sra. Guilhermina questiona se elaboraram algum texto para enviar para o governo
573 do Distrito sobre a revogação da Lei e o Presidente esclarece que elaboraram apenas uma nota para
574 a imprensa falando que a postura do Governador tinha sido irresponsável. A Sra. Yone Lindgren
575 sugere elaborar um Ofício a DOC para encaminhar ao Governador solicitando a regulamentação. A
576 Sra. Marina comunica que terão outra ação no Estado, em que 17 travestis e transexuais vão entrar
577 com uma ação conjunta. O Sr. Celso Tondin relata que o Sr. Carlos Alves sugeriu no intervalo
578 elaborar duas Moções, um relacionada à posição da maioria penal, e a outra em relação ao PL
579 das drogas o 7.663 do Osmar Terra e Carimbão. Disponibiliza em elaborar a proposta do texto das
580 drogas e sugere deixar o Sr. Carlos Alves para elaborar sobre a maioria penal. O Presidente
581 indaga se os Conselheiros teriam alguma proposta de Estado para a próxima Reunião que será fora
582 de Brasília. O Sr. Léo Mendes sugere realizar a reunião no Rio de Janeiro e a Sra. Janaína Oliveira
583 lembra que a agenda do ano passado do Conselho não foi cumprida e espera que esse ano consiga
584 realizar duas reuniões fora de Brasília. A Sra. Cris Stefanny propõe que ao invés de ir ao Rio de
585 Janeiro que tem uma política, o Conselho deveria ir a regiões onde estão correndo casos com maior

586 frequência de transfobia e homofobia. A Sra. Yone Lindgren relata que lembraram na Câmara
587 Técnica exatamente o Espírito Santo, não apenas por ter ficando devendo a visita, mas por
588 continuar recebendo demandas. A Sra. Keila Simpson acredita que no Espírito Santo existe a
589 estrutura do estado que está favorecida. Os Conselheiros decidem realizar a reunião no Espírito
590 Santo em julho e o Presidente discorre que será feito o mesmo sistema feito em Alagoas. O Sr.
591 Cláudio Nascimento informa que foram presos os dois assassinos do rapaz e o Sr. Gustavo
592 Bernardes relata que a Sra. Cris Stefanny sugeriu incluir mais um Estado para apresentação das
593 políticas junto com o Rio. Os Conselheiros decidem manter apenas um estado para a apresentação.
594 **ENCERRAMENTO:** O Presidente agradece a presença de todos e encerra a reunião.

595

596

597

598

599

Gustavo Bernardes

600

Presidente do Conselho

601

602

603

604

605

606

607

608

609

610

611

612

613

Brasília - DF

614

Mai de 2013.